



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete da Deputada Federal Ana Paula Lima (PT/SC)

# **COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O SISTEMA PORTUÁRIO BRASILEIRO**

## **PROJETO DE LEI Nº 733, DE 2025**

Dispõe sobre o Sistema Portuário Brasileiro, regula a exploração dos portos, as atividades de operação portuária, o trabalho portuário e dá outras providências.

### **EMENDA Nº**

Acrescenta-se parágrafo único ao Art.77, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 77. A autorização será formalizada por meio de contrato de adesão pela Antaq, que conterà as cláusulas essenciais previstas no art. 51 desta Lei, com exceção do seu inciso III.

[...]

“Parágrafo único - Constitui infração administrativa a que se sujeita o autorizatário, observadas as responsabilidades legais, regulamentar e contratualmente atribuídas a este, não firmar instrumento normativo do trabalho com as entidades representativas de categorias diferenciadas dos trabalhadores nos portos ou deixar de renová-lo, devendo a Agência Reguladora fixar o valor da sanção administrativa a ser imposta em caso de descumprimento, sem prejuízo das demais sanções legais.”

### **JUSTIFICAÇÃO**





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Ana Paula Lima (PT/SC)

O Parágrafo único fundamenta-se no direito constitucional à pactuação coletiva das relações de trabalho, consagrado no artigo 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal, que assegura o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho. Esse dispositivo reforça a importância do diálogo social e da negociação coletiva como instrumentos essenciais para harmonizar interesses entre empregadores e trabalhadores, garantindo condições laborais dignas e justas.

A obrigatoriedade de firmar e renovar instrumentos normativos de trabalho com as entidades representativas dos trabalhadores nos portos visa a assegurar o exercício efetivo desse direito constitucional, proporcionando maior estabilidade e segurança nas relações de trabalho. Ao estabelecer sanções administrativas em caso de descumprimento, o dispositivo busca incentivar o cumprimento das normas trabalhistas e prevenir práticas que possam comprometer os direitos dos trabalhadores ou prejudicar a eficiência e continuidade das operações portuárias.

Além disso, o reconhecimento da infração administrativa protege a autonomia das entidades sindicais e promove a função social do trabalho, fortalecendo o papel das negociações coletivas na construção de um ambiente de trabalho mais equilibrado e produtivo. A atuação da Agência Reguladora na fixação das sanções administrativas reforça seu papel como garantidora do cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao setor portuário.

Por fim, o Parágrafo único contribui para o aprimoramento das relações laborais no âmbito dos portos, promovendo a valorização dos trabalhadores e o respeito aos princípios constitucionais que regem o trabalho, a cidadania e a dignidade humana. Além de reforçar o papel da Agência Reguladora como guardiã do cumprimento das normas e da preservação dos direitos fundamentais nas relações de trabalho, promovendo um ambiente portuário mais justo e eficiente.





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete da Deputada Federal Ana Paula Lima (PT/SC)

Sala das Comissões, de agosto de 2025.

**ANA PAULA LIMA**  
**Deputada Federal PT/SC**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253647694400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Paula Lima

Apresentação: 13/08/2025 20:58:52.137 - PL073325  
EMC 562/2025 PL073325 => PL 733/2025

**EMC n.562/2025**

